

São Paulo, 13 de maio 2011

MICI – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
1300 New York Ave., N.W.  
Washington, D.C. 20577  
EUA

Tel. (202) 623-3952  
Fax: (202) 312-4057  
E-mail:  
mecanismo@iadb.org

Ref.: Queixa baseada na Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID

Assunto: **Rodoanel Mário Covas – Seção Norte, São Paulo, Brasil (Ref. N° BR-L1302).**

Considerando que a Seção Norte do Rodoanel Mário Covas viola tanto a lei brasileira como a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID, levamos à atenção do MICI um assunto da mais alta gravidade e que, portanto, requer ação urgente. Por esta razão, pedimos uma **Auditoria de Cumprimento** do MICI.

Os fatos:

Conforme projetada, a Seção Norte do Rodoanel Mário Covas cruzará uma região montanhosa muito sensível da Serra da Cantareira, parte da **Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo** (GBBR-SP), reconhecida pela UNESCO-MAB. Essa área abriga bacias hidrográficas que fornecem água potável a mais de nove milhões de pessoas, estabiliza o clima contra as ilhas de calor da cidade, controla a erosão, previne enchentes drásticas no centro da cidade e abriga uma vida selvagem vibrante – uma verdadeira Arca de Noé: mais de 200 espécies de pássaros e muitos outros bens e serviços do ecossistema. A Mata Atlântica que cobre a Serra da Cantareira é um dos *hotspots* do mundo inteiro e é considerada como a maior floresta urbana em escala global.

Há pelo menos 12 pontos que contradizem os próprios fundamentos e paradigmas do complexo do Rodoanel. Já demonstraram ser falsos, uma vez que de uma forma ou de outra fracassaram completamente nas seções que já estão em funcionamento. Por exemplo: a) o Rodoanel não cumpriu sua função originalmente planejada de mitigar o crescimento urbano. Pelo contrário, na realidade incentivou e contribuiu para a expansão urbana e aumentou o congestionamento do tráfego daquela que já é uma das maiores cidades da terra; b) a poluição do ar no centro da cidade está aumentando e o tráfego não tem sido significativamente afetado pelo Rodoanel; c) alguns trechos da rodovia já estão sobrecarregados; d) o custo total,

1  
2

originalmente estimado em cerca de US\$ 1 bilhão, aumentou drasticamente para US\$15 bilhões e provavelmente aumentará duas vezes se levados em consideração os riscos e pegadas ambientais; e e) a deterioração climática não foi levada em consideração pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) oficial. Todos os 12 pontos foram detalhados exaustivamente no Contrarrelatório do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que será enviado em breve por via postal.

Portanto, surge uma questão: devemos insistir neste modelo enferrujado, exportando poluição e caos a áreas que ainda apresentam uma certa pureza ambiental, a saber, a Serra da Cantareira?

Apesar de todos estes fatos, uma representante do BID – Sra. Vera Lúcia Vicentini – esteve recentemente no Brasil e declarou que tudo estava bem com o projeto da Seção Norte do Rodoanel e provavelmente ainda este ano o dinheiro seria tramitado. Como isso é possível se o projeto ainda não recebeu a aprovação das autoridades – um requisito da lei brasileira? No momento existe apenas uma vontade política do Governo do Estado de São Paulo, mas sem qualquer aprovação formal como tal.

A Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID foi violada conforme exposto a seguir:

Introdução: “*Estes mandatos incluíram disposição para (v) melhorar o meio ambiente urbano; (vi) promover uma gestão sustentável dos recursos naturais com referências específicas a práticas ambientalmente sustentáveis de recursos hídricos, silvicultura e diversidade biológica [...] (vii) abordar questões de transparência e acesso à informação ambiental e consulta aos interessados*”.

No Contrarrelatório do RIMA demonstramos que nosso meio ambiente urbano será severamente afetado caso a GBBR-SP seja ameaçada – quanto mais perturbada a Reserva Biosférica (RB), tanto mais diminuirá a qualidade de vida dos cidadãos. Considerando que essa RB abriga importantes sistemas de coleta de água e uma das mais ricas biodiversidades do mundo – conforme acima mencionado – compreendemos que a gestão sustentável de recursos naturais **não é levada na devida consideração** pelo EIA oficial de São Paulo.

Introdução: “*A Estratégia Ambiental foi desenvolvida para apoiar os dois objetivos primordiais do Banco: conseguir um crescimento econômico sustentável e redução da pobreza e desigualdade*”.

Consideramos que a Seção Norte do Rodoanel Mário Covas vai em direção oposta, uma vez que o projeto causará o reassentamento de mais de 10.000 moradores da região por onde deverá passar a rodovia. No entanto, o EIA não apresenta detalhes sobre os procedimentos de reassentamento, o que vai contra a lei. As partes do Rodoanel que já estão em funcionamento, a saber, as Seções Oeste e Sul, ainda apresentam um alto grau de riscos socioambientais conforme detalhado em nosso Contrarrelatório do RIMA.

1  
2

Introdução: *“O papel crescente da participação da sociedade civil no contexto do processo democrático”.*

Este aspecto não está sendo cumprido, uma vez que nossa solicitação anterior, bem como a carta ao Presidente do BID e à Representação do BID no Brasil de 23 de fevereiro de 2011 ainda não receberam resposta (Anexo 01).

Escopo: *“Esta política baseia-se nos princípios de desenvolvimento sustentável conforme estabelecido na Declaração da Cúpula Rio 92, Agenda 21 e mais recentemente reforçada na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Johannesburg”.*

Cumprimento que deixou muito a desejar, uma vez que o EIA da Seção Norte do Rodoanel não aborda a questão crucial da deterioração climática.

Diretivas de Política: A.2 Apoio às Operações de Gestão de Recursos Naturais e do Meio Ambiente – *“Melhorar a gestão de recursos hídricos e promover atividades de sequestro de carbono e a redução e controle de emissões de gases de efeito estufa”.*

De fato, os recursos hídricos já estão entrando em colapso e o projeto deverá piorar esta situação. No tocante às emissões de gases de efeito estufa é bem conhecido que a GBBR-SP tem capacidade de sequestrar mais de 60% do CO2 expelido por atividades humanas no centro da cidade. Como o EIA da Seção Norte do Rodoanel não leva em conta esses fatos – não foi apresentado nenhum inventário de gases fitotóxicos e não foi comunicada a atual situação de sanidade da vegetação e nem mesmo do sistema de coleta de água da Serra da Cantareira – instamos a que seja feito um inventário sobre o assunto por uma autoridade alheia.

Diretivas de Política: A.6 Avaliação de riscos e oportunidades ambientais – *“O Banco procurará identificar antecipadamente programas/projetos com potencial de alta sensibilidade ou setores considerados para possível financiamento por parte do Banco nesses documentos sobre programação operacional, incluindo Estratégias de Países, a fim de planejar possíveis cursos de ação para gerenciar riscos. [...] O Banco poderá adotar um enfoque de gestão de riscos para prever medidas cautelares”.*

Considerando que a Serra da Cantareira é uma área altamente sensível na qual desastres naturais já estão ocorrendo e deverão aumentar no curto e médio prazo, causa preocupação o fato de o EIA não abordar esta questão.

Diretivas de Política: B.9 Hábitats naturais e sítios culturais – *“O Banco não apoiará operações que, a seu ver, modifiquem ou degradem de forma significativa hábitats naturais críticos ou prejudiquem sítios culturais críticos”.*

VI. Definição de hábitats naturais críticos: *“áreas centrais das reservas biosféricas”.*

Consideramos que o EIA não enfoca devidamente a GBBR-SP, porque carece de uma avaliação de impactos tanto diretos como indiretos da construção do Rodoanel sobre esse meio ambiente. O BID deveria dispensar atenção a um ponto relevante: este *hotspot* é ambientalmente tão sensível que o BID, depois de propor em 1988 um empréstimo para o Rodoanel através do *hotspot* florestal, retirou seu apoio frente a protestos e investigações. E naquela época o Banco Mundial e os Governos do Japão e da Inglaterra também recusaram apoio financeiro para propostas de construção rodoviária que atravessasse essas áreas. Até mesmo o BID foi recentemente um tanto cauteloso.

Diretivas de Política: B.11 Prevenção e diminuição da poluição – “*As operações financiadas pelo Banco incluirão, conforme apropriado, medidas para prevenir, reduzir ou eliminar a poluição proveniente de suas atividades*”.

Quanto à saúde humana, todas as análises de modelagem da poluição do ar feitas pelo EIA utilizaram padrões e parâmetros locais em vez de internacionais. O problema é o seguinte: os padrões brasileiros são muito mais tolerantes do que os padrões internacionalmente aceitos (OMS) e isso é bastante inaceitável.

Por outro lado, o Banco precisa saber que o Rodoanel Mário Covas está sendo investigado pela Procuradoria-Geral. As acusações são: corrupção, lavagem de dinheiro e muitos outros crimes da mesma espécie (recorte de jornal, Anexo 02).

Cumpramos ressaltar que estamos agindo não somente como cidadãos individuais (ver currículos adjuntos, Anexos 03 e 04), mas também representantes de ONGs brasileiras (ver declaração, Anexo 05). O abaixo-assinado Mauro Victor foi coordenador dos estudos que criaram a GBBR-SP e foi quem assinalou ao BID todas as incoerências, informações errôneas e ilegalidades do EIA com relação ao Empréstimo N° 233-IC-BR. Esta iniciativa levou à suspensão dos fundos que, naquela época, já estavam em tramitação.

Além disso, é crítico assinalar que todos os empréstimos do BID ao Governo de São Paulo devem ser completa e sistematicamente verificados duas vezes de uma perspectiva mais ampla, devido à inexistência de enfoque sinérgico entre as diversas seções do pacote, ocorrendo justamente o contrário: são conflitantes e carecem totalmente de coerência. Por exemplo, qual é o propósito de combater enchentes no centro da cidade rio abaixo (bacia do Rio Tietê, projetos de macro e micro drenagem) se um volume enorme de solo precisa ser removido rio acima (Serra da Cantareira), aumentando assim a erosão e conseqüentemente as enchentes? Não há absolutamente nenhuma coerência. O BID está apenas tocando a superfície.

Figura anexo o **Contrarrelatório do RIMA** em nome do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM) e de mais de 50 ONGs ambientais brasileiras, legalmente registradas no Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Embora esses documentos não sejam analisados pelo MICI, seria altamente aconselhável manter de prontidão qualquer negociação com autoridades brasileiras.

Aguardando a resposta do MICI, estamos a seu dispor para proporcionar qualquer informação adicional.

Sincerely yours,



Mauro Antonio Moraes Victor<sup>1</sup>



Marco Antonio Garcia Martins<sup>2</sup>

Cópia a: Bruce Rich, Robert Goodland, Bernardo Zentilli, UNESCO - MAB, Comissão de Proteção de Direitos Humanos ONU relacionada com a Copa Mundial de 2014, PROAM – Coletivo das entidades ambientalistas cadastradas junto ao CONSEMA-SP.

## **ANEXO**

**SOLICITAÇÃO: BR-MICI003**, 23 DE FEVEREIRO DE 2011  
PROJETO: PROGRAMA RODOANEL MÁRIO COVAS TRECHO NORTE 1

Senhor Luis Alberto Moreno,  
Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento  
Washington, DC

Prezado Senhor Presidente,

Como cidadãos brasileiros é nosso dever alertar os senhores mediante esta comunicação no sentido de que o Programa Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte está violando as leis tanto brasileiras como do BID.

Em primeiro lugar, o Governo do Estado de São Paulo anunciou que o BID tinha aprovado um empréstimo de até US\$748,63 milhões, o que não é coerente com a carteira do BID, a qual afirma que se trata de uma fase preliminar: “em preparação” (Ref. # BRL-1302), conforme figura no Anexo 01 – recorte de jornal.

A estrada acima mencionada atravessa áreas sensíveis da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (GBBR-SP) e será prejudicial à saúde pública e estabilidade ambiental, uma vez que essa Reserva abriga uma notável diversidade biológica e presta uma ampla série de serviços de ecossistema, tais como alimentos, água, estabilização climática, sequestro de CO<sub>2</sub>, turismo, lazer, valores estéticos e muitos outros. Essa diversidade biológica é vital para assegurar o bem-estar de cerca de 23 milhões de pessoas que vivem em uma área responsável por aproximadamente 20% do PIB do Brasil (ou seja, US\$ 400 bilhões dos US\$ 2 trilhões em 2009).

Há alguns anos uma proposta de empréstimo a esta Entidade Multilateral de Desenvolvimento foi bloqueada (empréstimo N° 233-IC-BR) porque as mesmas áreas sensíveis (Horto Florestal, Tremembé, sopé da Serra da Cantareira) seriam afetadas. O Minirrodoanel (nome da proposta original) teria sido construído no fundo do vale e teria cortado as mesmas áreas sensíveis. Naquela época a Missão Branimir Lobo foi enviada ao Brasil para verificar *in loco* se nossas objeções eram coerentes e comprovaram que realmente eram (recortes de jornal constantes do anexo 02). Esta campanha bem-sucedida foi apoiada por muitas ONGs tanto brasileiras como internacionais, entre as quais figuram o Fundo de Defesa Ambiental, Sierra Club, Audubon Society, Friends of the Earth-UK, Friends of The Earth-Sweden e muitos outros. Posteriormente o Governo do Estado solicitou empréstimos ao Banco Mundial e aos Governos do Reino Unido e do Japão, mas esses empréstimos foram negados em virtude das advertências de cidadãos brasileiros. Hoje, para nossa consternação, o BID insiste em apoiar a mesma iniciativa já condenada em passado recente.

Sua Excelência precisa estar ciente de que a comunidade brasileira já está mobilizada. Milhares de assinaturas foram coligidas contra essa iniciativa insana e uma ação civil pública está em andamento. O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica levantou questões perante as autoridades brasileiras e a MAB-UNESCO, aduzindo aspectos ilegais.

*Solicitação BR-MICI003-2011*

*Tradução de Inglês*

Quanto à solicitação da Comissão Permanente de Entidades Ambientais, que representa mais de 80% das ONGs brasileiras e com situação jurídica perante a legislação brasileira, estamos preparando um relatório completo sobre essas parcerias ilegais, o qual será enviado aos senhores no início de março. Pedimos encarecidamente que seja suspensa qualquer negociação relacionada com o Rodoanel Mário Covas.

Uma vez divulgado o conteúdo do nosso relatório, os senhores perceberão que é extremamente importante enviar ao Brasil uma missão independente formada por peritos para verificar *in loco* a coerência de nossas advertências e a informação errônea fornecida às autoridades, como ocorreu no passado.

Mauro Antônio Moraes Victor

Marco Antonio Garcia Martins